

ARQUIPÉLAGO

Filosófico

KANT

Immanuel Kant, Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?



arquipelago

15 ago 2026 — 19 min read



Republicamos a seguir uma tradução deste ensaio clássico de Kant feita por Saulo Freitas Araújo, ex-professor da UFJF. A tradução apareceu originalmente na revista *Estudos Kantianos*, vol. 8, n. 2, p. 179-189, 2020, em acesso livre (CC BY 4.0).

Resposta à pergunta: O que é esclarecimento?

(ver a edição de dezembro de 1783, p. 516)^{[1][2]}

Immanuel Kant

Traduzido por Saulo de Freitas Araújo

Nota introdutória do tradutor

Em sua edição de dezembro de 1784, o periódico *Berlinische Monatsschrift* (1783-1791), um dos mais importantes veículos de debates do Iluminismo tardio alemão, trazia o ensaio de Kant que aqui traduzimos.^[3] Para esta tradução, tomamos como referência o texto original, tal como apareceu naquela edição, cotejando-o com duas edições alemãs: a edição da Academia (*Akademie-Ausgabe*)^[4] e a edição da Suhrkamp.^[5]

Há duas razões que fundamentam nossa escolha. Em primeiro lugar, a edição da Academia, modelo para a *Kant scholarship* em todo o mundo, omite a referência de Kant ao texto de Zöllner, omissão essa que consideramos indevida em uma tradução. Em segundo lugar, a edição da Suhrkamp, apesar de não omitir a referência ao texto de Zöllner, apresenta ao leitor uma informação equivocada, omitindo do título original de seu ensaio de 1783 o advérbio *nicht* (não), o que acaba por inverter o seu sentido original (ver nota 2). Além disso, o texto dessa edição contém alguns desvios do original de 1784, que prejudicam igualmente o trabalho de tradução.

Além do cotejamento com os textos alemães, foram consultadas algumas traduções para fins de comparação. Consultamos, primeiro, a tradução de Mary J. Gregor para a *Cambridge Edition*,^[6] que segue o texto da Edição da

Academia, ao qual a tradutora antepõe uma breve introdução. Em seguida, consultamos a tradução portuguesa de Artur Morão^[7] e duas traduções brasileiras: a de Floriano de Sousa Fernandes^[8] e a de Luiz Paulo Rouanet.^[9] Todas essas traduções também omitem o advérbio *nicht* no título do artigo de Zöllner, omissão essa que identificamos originalmente na edição da Suhrkamp (ver nota 2). Além disso, em várias passagens importantes, divergimos das opções feitas pelos referidos tradutores.

É importante esclarecer que a presente tradução foi pensada primeiramente para um público mais amplo, com pouca ou nenhuma familiaridade com a obra e a linguagem de Kant. Daí a justificativa para algumas notas, certamente desnecessárias para um Kant *scholar*, mas úteis para o neófito.^[10] Não há nelas, portanto, nenhuma pretensão de erudição ou de contribuição original para a *Kant scholarship*. As notas numeradas são do tradutor. A última, identificada por um asterisco, é do próprio Kant.

Por fim, o tradutor gostaria de agradecer os valiosos comentários e sugestões de Günter Zöllner, Henrique Silva Moraes, Luís Henrique Dreher, Margit Ruffing, Thomas Sturm, Ubirajara Rancan de Azevedo Marques e Werner Stark, assim como dos editores Fernando Silva, Gualtiero Lorini e Paulo Renato de Jesus.

Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?

Esclarecimento é a saída do homem de sua autoimposta minoridade.^[11]

Minoridade é a incapacidade de se servir do próprio entendimento^[12] sem a

direção de outrem. Essa menoridade é autoimposta se a causa dela não está na falta de entendimento, mas sim na falta de resolução e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem.^[13] *Sapere aude!*^[14] Tem coragem de te servir do teu próprio entendimento! Eis o lema do esclarecimento.^[15]

Preguiça e covardia são as causas pelas quais uma parte tão grande dos homens, mesmo depois de a natureza há muito os ter libertado da tutela alheia (*naturaliter majorennnes*),^[16] permanece de bom grado menor por toda a vida; elas também explicam porque se torna tão fácil para os outros entregarem-se a seus tutores. A menoridade é tão confortável! Se tenho um livro que entende por mim, um diretor espiritual que tem consciência por mim, um médico que decide por mim a minha dieta *etc.* – então não preciso mesmo me esforçar. Não tenho necessidade de pensar, se posso simplesmente pagar; outros logo se encarregarão, por mim, dessa tarefa tediosa. Que a grande maioria dos homens (incluindo todo o belo sexo) considere o passo para a maioridade^[17] não apenas difícil, mas também extremamente perigoso, disso já se incumbem aqueles tutores que tomaram para si, da forma mais benevolente, a tarefa de supervisioná-los. Depois de terem primeiro emburrecido seus animais de estimação e feito de tudo para evitar que essas dóceis criaturas ousassem dar um único passo sem o auxílio do andador^[18] no qual as aprisionaram, eles então lhes mostram o perigo que as ameaça quando tentam caminhar sozinhas. Acontece que, de fato, esse perigo não é tão grande assim, pois, após algumas quedas, elas acabariam aprendendo a andar; mas um único exemplo desse tipo sempre intimida, e usualmente amedronta em relação a quaisquer tentativas ulteriores.

É difícil, portanto, para cada indivíduo desvencilhar-se de sua menoridade, que se lhe tornou quase natural. Chegou até a afeiçoar-se a ela, sendo por ora realmente incapaz de se servir de seu próprio entendimento, pois nunca lhe foi

permitido tentar. Preceitos^[19] e fórmulas – esses instrumentos mecânicos de um uso racional, ou melhor, de um mau uso de seus dons naturais – são os grilhões de uma eterna menoridade. Quem quer que deles se livrasse, ainda assim daria apenas um salto incerto sobre a vala mais estreita, pois não está acostumado a se movimentar assim livremente. Por isso é que só poucos conseguiram, por meio do cultivo próprio de seu espírito,^[20] desvencilhar-se da menoridade e, não obstante, trilhar um caminho seguro.

Que um público, porém, esclareça a si mesmo,^[21] já é mais provável; de fato, é quase inevitável, se ao menos lhe for dada liberdade. Pois sempre existirão alguns pensadores independentes,^[22] até mesmo entre os tutores estabelecidos da grande massa, os quais, após terem-se libertado do jugo da menoridade, disseminarão ao redor de si o espírito de uma avaliação racional do valor próprio e da vocação^[23] de cada indivíduo para pensar por si mesmo. Ocorre aqui algo peculiar: o público, que outrora fora submetido por eles a esse jugo, obriga-os em seguida a permanecer sob o mesmo quando é incitado ao esclarecimento por alguns de seus tutores que são, eles próprios, incapazes de qualquer esclarecimento. Vê-se o quão prejudicial é cultivar preconceitos, pois eles acabam por se vingar das próprias pessoas que os criaram ou de seus predecessores. Por isso, só lentamente pode um público chegar ao esclarecimento. Uma revolução trará provavelmente uma queda do despotismo pessoal e da opressão tirânica ou ambiciosa, mas jamais uma verdadeira reforma do modo de pensar.^[24] Ao contrário, novos preconceitos tomarão o lugar dos velhos e servirão de guia para aprisionar a grande massa destituída de pensamento.

Para esse esclarecimento, contudo, nada mais é exigido além de *liberdade*;^[25] na verdade, a forma mais inofensiva de tudo o que se possa chamar de liberdade, a saber, a liberdade de fazer *uso público*^[26] da razão em todos os

assuntos. Mas ouço clamarem agora de todos os lados: não raciocineis! O oficial diz: não raciocineis, mas exercitai-vos! O consultor financeiro diz: não raciocineis, mas pagai! O clérigo diz: não raciocineis, mas crede! (Apenas um único senhor no mundo diz: *raciocinai* o quanto quiserdes e sobre o que quiserdes, *mas obedecei*!) Assim, por toda a parte há restrição da liberdade. Mas que tipo de restrição é prejudicial ao esclarecimento? Que tipo de restrição não lhe é prejudicial, mas o favorece? – Eu respondo: o *uso público* da razão deve sempre ser livre, e apenas ele pode trazer esclarecimento aos homens; o *uso privado* da razão,^[27] porém, pode frequentemente ser colocado dentro de estreitos limites, sem por isso impedir particularmente o progresso do esclarecimento. Por uso público de sua própria razão, porém, eu entendo o uso que alguém faz dela como um *intelectual*^[28] diante da totalidade do mundo letrado.^[29] Eu chamo de uso privado o uso que se pode fazer dela em determinado cargo público ou função que lhe foi confiado. Ora, em algumas profissões exercidas no interesse da comunidade, torna-se necessário um certo mecanismo, por meio do qual alguns membros da comunidade devem se comportar de forma meramente passiva, para que, por meio de uma unanimidade artificial, sejam direcionados pelo governo aos fins públicos ou ao menos impedidos de destruir esses fins. Nesses casos, certamente, não é permitido raciocinar, mas deve-se obedecer. Entretanto, na medida em que essa parte da máquina se vê ao mesmo tempo como um membro de uma comunidade inteira, até mesmo como cidadão do mundo – e, assim, na qualidade de um intelectual que se dirige por meio de seus escritos a um público no sentido próprio da palavra –, ele pode então raciocinar, sem prejuízo para sua profissão, à qual ele está parcialmente submetido como membro passivo. Desse modo, seria muito prejudicial se um oficial, ao receber uma ordem de seu superior, quisesse, durante o serviço, especular em voz alta sobre a adequação ou utilidade dessa ordem; ele deve obedecer. Mas não é

justo proibi-lo, como intelectual, de fazer observações sobre os erros no serviço militar e de apresentá-las ao seu público para que este as julgue. O cidadão não pode se recusar a pagar os impostos devidos; e até mesmo uma repreensão impertinente de tais obrigações, quando lhe são devidas, pode ser punida como um escândalo (que poderia causar uma insubordinação geral). Mas esse mesmo indivíduo não age contra o dever de um cidadão quando ele, como intelectual, expressa publicamente suas ideias contra a inadequação ou mesmo injustiça de tais imposições. Da mesma forma, um clérigo é obrigado a pregar para seus alunos de catecismo e sua comunidade segundo o cânone da igreja a que serve; pois ele foi empregado sob esta condição. Como intelectual, contudo, ele tem a liberdade – até mesmo a vocação – de comunicar ao público todas as suas ideias bem intencionadas e cuidadosamente examinadas sobre o que está errado naquele cânone, assim como suas sugestões para um melhor alinhamento entre a essência da religião e a da igreja. Nesse caso, não há nada que pudesse representar um fardo para a sua consciência. Pois o que ele ensina em decorrência de seu cargo como representante da igreja é, para si, algo sobre o qual ele não tem a liberdade de ensinar como melhor lhe pareça, mas que, ao contrário, deve ser ensinado segundo a prescrição e em nome de um outro. Ele dirá: nossa igreja ensina isto ou aquilo; esses são os argumentos que ela utiliza. Ele então extrai todas as utilidades práticas para a sua comunidade de preceitos que ele mesmo não aceitaria com total convicção, mas os quais ele pode se comprometer a ensinar porque não é totalmente impossível que possa haver aí alguma verdade escondida; em todo caso, ao menos não há nada aí que contradiga a religião interior. Pois se acreditasse poder encontrar aí tal contradição, não poderia em sã consciência exercer sua profissão; teria que renunciar. Portanto, o uso que um professor empregado^[30] faz de sua razão diante de sua congregação é meramente um *uso privado*, pois se trata sempre de uma assembleia local, por maior que seja; e em virtude

disso, ele, como padre, não é e não pode ser livre, pois está incumbido de uma missão alheia. Como intelectual, ao contrário, que fala por meio de seus escritos a um público propriamente dito – isto é, o mundo –, o clérigo, no *uso público* de sua razão, goza de uma liberdade ilimitada para fazer uso de sua própria razão e falar em nome de sua própria pessoa. Pois é um absurdo que os tutores do povo (nas coisas espirituais) devam ser eles próprios menores; um absurdo que resulta na perpetuação dos absurdos.

Mas não deveria uma sociedade de clérigos – por exemplo, um sínodo eclesiástico ou uma classe venerável (como ela se autodenomina entre os holandeses) – ter o direito de adotar, sob juramento, um credo imutável para assim exercer uma incessante tutela sobre cada um de seus membros e, por meio deles, sobre o povo, e até mesmo perpetuar essa tutela? Eu afirmo: isso é totalmente impossível. Tal contrato, que seria fechado para impedir para sempre todo posterior esclarecimento da raça humana, é simplesmente nulo e sem validade, ainda que fosse confirmado pelo mais alto poder, pelos parlamentos e pelos mais solenes tratados de paz. Uma época não pode se unir e conspirar para impor à época seguinte um estado tal, em que se lhe torne impossível ampliar seus conhecimentos (especialmente os que lhe são mais caros), purificá-los dos erros e, sobretudo, progredir no esclarecimento. Seria um crime contra a natureza humana, cuja destinação^[31] original consiste precisamente em tal progresso; e as gerações posteriores, portanto, têm todo o direito de recusar aquelas decisões, tomadas sem autorização e de maneira ultrajante. A pedra de toque do que quer que possa ser decidido como lei para um povo está na seguinte questão: poderia um povo impor a si próprio tal lei? Ora, isso seria possível por um período determinado e breve, como que à espera de uma lei melhor, para introduzir certa ordem. Durante esse período, cada cidadão, especialmente o clérigo, teria a liberdade, na qualidade de intelectual, de fazer publicamente – isto é, por meio de obras escritas –

observações sobre os defeitos da instituição vigente. Enquanto isso, a ordem introduzida permaneceria, até que o conhecimento sobre a natureza dessas coisas estivesse tão disseminado e corroborado publicamente que, por meio da união das vozes dos cidadãos (ainda que não de todas), ele pudesse trazer à coroa uma proposta no sentido de proteger aquelas comunidades que, segundo suas próprias convicções, porventura tivessem aderido a uma instituição religiosa modificada, mas sem obstar aquelas que quisessem permanecer com a antiga. Entretanto, de modo algum é permitido aderir a uma constituição religiosa fixa que ninguém pode criticar publicamente – ainda que essa adesão se restrinja ao tempo de vida de um indivíduo – e com isso aniquilar um período no progresso da humanidade em direção ao aperfeiçoamento, tornando-o inútil, porém totalmente prejudicial à posteridade. Sem dúvida, um homem pode, no que diz respeito à sua pessoa e mesmo assim apenas por um certo tempo, adiar o esclarecimento em relação ao que lhe cabe saber. Contudo, renunciar a ele, seja para si mesmo ou, o que é pior, para sua descendência, significa violar os direitos sagrados da humanidade e espezinhá-los. E o que um povo não pode impor a si próprio, menos ainda pode um monarca lhe impor, pois sua autoridade legislativa consiste precisamente no fato de unificar em sua vontade a vontade de todo o povo. Se ele apenas cuidar para que toda melhoria, verdadeira ou presumida, coincida com a ordem civil, ele pode deixar que seus súditos em tudo o mais façam apenas o que julgarem necessário para sua salvação.^[32] Isso não lhe diz respeito, mas ele certamente deve evitar que um súdito impeça um outro, por meios violentos, de trabalhar na determinação e promoção de sua salvação, de acordo com suas capacidades. É danoso à sua própria majestade quando se imiscui nesses assuntos, submetendo à inspeção de seu governo os escritos por meio dos quais seus súditos procuram expressar claramente suas opiniões. É-lhe igualmente danoso quando o faz com base em sua própria opinião suprema,

expondo-se à crítica: *Caesar non est supra Grammaticos*,^[33] ou então, e ainda em maior extensão, quando rebaixa tanto seu poder supremo para apoiar o despotismo espiritual de alguns tiranos em seu Estado contra seus demais súditos.

Se for feita então a pergunta – vivemos agora em uma época *esclarecida*?^[34] –, a resposta será: não, mas vivemos em uma *época de esclarecimento*. Ainda falta muito aos homens, no momento atual e tomados em conjunto, para que estivessem em condições ou fossem colocados na posição de fazerem um uso bom e seguro de seu próprio entendimento, sem a direção de um outro, em questões religiosas. No entanto, temos claros indícios de que, agora, o campo se lhes encontra aberto para que trabalhem aí livremente, e os obstáculos ao esclarecimento universal – ou saída de sua autoimposta menoridade – tornam-se cada vez menores. Nesse sentido, esta é a época do esclarecimento ou o século de *Frederico*.^[35]

Um príncipe que não acha indigno de si dizer que considera como seu *dever*^[36] não prescrever nada aos homens em matéria de religião, mas deixá-los totalmente livres; que recusa para si, portanto, até mesmo o nome arrogante de *tolerância*, é ele mesmo esclarecido, e merece ser louvado pelo mundo agradecido e pela posteridade como aquele que pela primeira vez libertou a raça humana da menoridade, ao menos por parte do governo, e deu a cada um a liberdade de fazer uso de sua própria razão em tudo o que diz respeito à consciência moral. Sob seu governo, clérigos veneráveis podem, sem prejuízo de suas obrigações profissionais e na qualidade de intelectuais, expressar livre e publicamente seus juízos e opiniões num ou noutro ponto discordantes do credo adotado para que o mundo os julgue; e isso vale mais ainda para qualquer outro que não esteja limitado por nenhuma obrigação profissional. Esse espírito de liberdade espalha-se também no exterior, mesmo

onde ele tem que lutar contra obstáculos externos impostos por um governo que não se compreende a si próprio. Pois, para tal governo, torna-se óbvio que, havendo liberdade, não haveria o menor motivo para se preocupar com a ordem pública e a unidade da comunidade. Por conta própria, os indivíduos desvencilham-se progressivamente de seu estado bruto,^[37] desde que não haja artimanhas intencionais para mantê-los nesse estado.

Em relação ao ponto central do esclarecimento – a saída do homem de sua autoimposta menoridade – eu enfatizei as *questões religiosas* porque nossos governantes não têm interesse em exercer sua tutela sobre seus súditos nas artes e nas ciências. Além disso, aquela tutela é a mais prejudicial e a mais degradante entre todas. No entanto, o modo de pensar de um chefe de governo que favoreça o esclarecimento vai mais além e reconhece que, mesmo no que diz respeito à sua *legislação*, não haveria perigo em permitir a seus súditos que fizessem *uso público* de sua razão e expressassem publicamente ao mundo suas ideias sobre uma melhor maneira de redigi-la, até mesmo por meio de uma crítica corajosa à sua forma dada. Temos disso um exemplo brilhante, pois nenhum monarca ainda ultrapassou aquele que reverenciamos.

Mas somente aquele que, sendo ele próprio esclarecido, não teme as sombras – ao mesmo tempo que tem à sua disposição um numeroso e bem disciplinado exército para garantir a ordem pública – pode dizer o que uma república^[38] não pode ousar dizer: *raciocinai o quanto quiserdes e sobre o que quiserdes, mas obedecei!* Dessa forma, revela-se aqui um curso estranho e inesperado dos assuntos humanos, como de resto acontece quando ele é considerado em larga escala.^[39] quase tudo aí é um paradoxo. Um maior grau de liberdade civil parece vantajoso para a liberdade de *espírito* do povo,^[40] mas estabelece para ela barreiras intransponíveis; um menor grau de liberdade, por outro lado, permite que ela se expanda o máximo possível. Pois se a natureza

desenvolveu, sob esse duro invólucro, o germe de que cuida com mais apreço, a saber, o pendor e a vocação para o livre *pensamento*,^[41] este germe retroage gradativamente sobre o modo de sentir^[42] do povo (com o que este se torna cada vez mais capaz de agir livremente) e, finalmente, até mesmo sobre os fundamentos do governo, que acha conveniente para si próprio tratar o homem, considerado agora como mais do que uma máquina, de acordo com sua dignidade.^[43]

I. Kant

Königsberg, Prússia

30 de setembro de 1784

1. Tanto o verbo *aufklären* quanto o substantivo *Aufklärung* têm sido interpretados de diferentes maneiras na língua portuguesa. “Iluminismo”, “Ilustração”, “Idade das Luzes” e “Filosofia das Luzes” são termos usualmente utilizados para traduzir *Aufklärung* como um período histórico ou uma certa filosofia. Contudo, trata-se aqui, para Kant, não de um período ou filosofia em particular, mas de um processo ideal de desenvolvimento e amadurecimento da razão, que todo indivíduo é chamado a realizar no mundo, embora isso nem sempre aconteça. Daí, a nosso ver, a inadequação dos termos mencionados. Optamos, assim, pelo termo *esclarecimento*, que transmite a ideia de processo. Como bem notou o Prof. Guido de Almeida, o termo tem um sentido não apenas histórico-

filosófico, mas também coloquial na língua alemã, designando “o processo pelo qual uma pessoa vence as trevas da ignorância e do preconceito” (Nota preliminar do tradutor. In: T. Adorno & M. Horkheimer, *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 7). ↵

2. Em sua edição de dezembro de 1783, o periódico *Berlinische Monatsschrift* (1783-1791), um dos mais importantes veículos de debates do Iluminismo tardio alemão, publicou o seguinte artigo do pastor berlinense Johann Friedrich Zöllner (1753-1804): *Ist es rathsam, das Ehebündniß nicht ferner durch die Religion zu sancieren?* (É aconselhável não mais legitimar a união conjugal por meio da religião?) (vol. 2, p. 508-517). Na página 516 desse artigo, em nota de rodapé, Zöllner levantou o seguinte problema: “O que é esclarecimento? Essa questão, que é quase tão importante quanto ‘O que é a verdade?’, deveria obviamente ser respondida antes que se começasse o processo de esclarecer! E eu ainda não a vi em nenhum lugar respondida”. É a essa nota que Kant se refere aqui. ↵

3. Kant, I. (1784). Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung? *Berlinische Monatsschrift*, 4, 481-494. Disponível em: http://ds.ub.uni-bielefeld.de/viewer/image/2239816_004/513/LOG_0071/. ↵

4. Kant, I. (1900ff). *Gesammelte Schriften*. Orgs.: Preussische Akademie der Wissenschaften (vols. 1-21), Deutsche Akademie der Wissenschaften zu Berlin (vol. 23) e Akademie der Wissenschaften zu Göttingen (vol. 24). Berlin: de Gruyter (WA, AA 08: 33- 42). ↵

5. Kant, I. (1996). *Werkeausgabe in 12 Bänden* (11a ed.). Org.: Wilhelm Weischedel. Frankfurt am Main: Suhrkamp (vol. 11, p. 51-61). ↵

6. Kant, I. (1999). An answer to the question: What is enlightenment? In: M. Gregor (org.), *The Cambridge edition of the works of Immanuel Kant – Practical philosophy* (p. 11-22). Cambridge: Cambridge University Press.
↵
7. Kant, I. (1990). Resposta à pergunta: “Que é o Iluminismo?” In A. Morão (Org.), *A paz perpétua e outros opúsculos* (p. 11-19). Lisboa: Edições 70.
↵
8. Kant, I. (2005). Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento”? In *Immanuel Kant: Textos seletos* (3a ed., p. 63-71). Petrópolis: Vozes. ↵
9. Kant, I. (2008). *Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento?* Brasília: Casa das Musas. ↵
10. Para uma investigação mais aprofundada do contexto do ensaio de Kant, ver os seguintes trabalhos: Hinske, N. & Albrecht, M. (eds.) (1990). *Was ist Aufklärung? Beiträge aus der Berlinischen Monatsschrift* (4. Aufl.). Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft; Schmidt, J. (Ed.) (1996). *What is Enlightenment?* Berkeley, CA: University of California Press. Stollberg- Rilinger, B. (ed.) (2010). *Was ist Aufklärung? Thesen, Definitionen, Dokumente*. Stuttgart: Reclam; Thoma, H. (ed.) (2015). *Handbuch Europäische Aufklärung*. Stuttgart: Metzler. ↵
11. *seiner selbst verschuldeten Unmündigkeit*. Essa autoimposta menoridade deve ser entendida aqui no sentido do desenvolvimento moral tanto do indivíduo quanto da espécie humana em geral, em termos da não realização de sua vocação. Em outras palavras, o que permite ao homem sair de sua animalidade inicial e alcançar sua humanidade plena é exatamente a realização desse desenvolvimento moral por meio do uso da razão. Vale aqui notar que, para uma compreensão mais profunda do tema,

o presente ensaio deve ser lido em paralelo a outros dois – *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* (IaG, AA 08: 15- 31) e *Começo conjectural da história humana* (MAM, AA 08: 107-123) –, publicados em 1784 e 1786, respectivamente. ↵

12. *Verstand*. Kant usa aqui o termo no seu sentido mais amplo, ou seja, como sinônimo da faculdade de pensar em geral. Na terminologia kantiana, a função do entendimento é unificar o múltiplo da sensibilidade por meio de conceitos e juízos. Em seu sentido mais ampliado, inclui também a autodeterminação racional da vontade para agir de acordo com princípios e regras morais. ↵
13. O problema da menoridade, então, não é causado por uma fraqueza do entendimento, mas pelo modo de usá-lo, o que remete à vontade. É somente pela determinação racional da vontade (resolução e coragem) que a menoridade pode ser superada. ↵
14. Original em latim: “Ousa conhecer!” (Horácio, *Epístolas*, I, 2, 40). ↵
15. O ponto central do esclarecimento, então, é a autolibertação do homem para pensar por conta própria. Para Kant, o pensador independente é aquele que busca em si mesmo o fundamento da verdade, ou seja, aquele que submete suas próprias crenças ao crivo mais rigoroso da prova, livrando-se, assim, de superstições e ilusões. ↵
16. Original em latim: “maiores de idade pela natureza”. O termo *majorennis*, que pertence ao chamado neolatim ou latim científico (sécs. XVII-XIX), significa literalmente “maior de idade” (*maior annis*). Aqui, Kant utiliza o nominativo plural (*majorennnes*) para se referir àqueles que alcançaram a maioridade pelo desenvolvimento físico (natural), mas não pelo uso ou desenvolvimento do entendimento. ↵

17. *Mündigkeit*. Essa maioridade deve ser entendida como o extremo oposto da menoridade moral (ver nota 11). ↵
18. *Gängelwagen*. ↵
19. *Satzungen*. ↵
20. *eigene Bearbeitung ihres Geistes*. ↵
21. *sich selbst aufkläre*. ↵
22. *Selbstdenkende*. Ver nota 15. ↵
23. *Beruf*. Aqui, Kant utiliza o substantivo *Beruf* como sinônimo de *Berufung*, que traduzimos como vocação, no sentido de uma aptidão ou capacidade natural. Vale aqui lembrar que o indivíduo, para Kant, tem uma tendência ou inclinação natural para o Esclarecimento, mas é possível que ele não a realize em vida (ver notas 1 e 11). O que conta, ao fim e ao cabo, é mais a espécie humana como um todo do que qualquer indivíduo em particular (ver nota 39). ↵
24. *Denkungsart*. Essa reforma do modo de pensar não deve ser entendida aqui no sentido da *Crítica da razão pura* (a revolução copernicana), mas sim no da *Antropologia*, a saber, como desenvolvimento do caráter moral ou caráter propriamente dito, em contraposição ao caráter natural ou modo de sentir (*Sinnesart* – ver nota 42). Nesse sentido, o modo de pensar refere-se ao uso que o homem faz de sua predisposição racional, ao determinar sua vontade para agir de acordo com princípios que ele mesmo prescreve a si próprio. Portanto, essa reforma do modo de pensar está relacionada ao que o homem faz de si próprio como ser que pode e deve agir livremente – se ele adquire ou não um caráter propriamente dito –, enquanto o modo de sentir está relacionado ao que a natureza faz do homem. ↵

25. *Freiheit*. A liberdade a que Kant se refere aqui é a liberdade externa, ou seja, aquela garantida por lei, que permite a um indivíduo agir independentemente da vontade de outro (por exemplo, expressar sua opinião). ↵
26. *offentlichen Gebrauch zu machen*. ↵
27. *Privatgebrauch*. ↵
28. *Gelehrter*. ↵
29. *Leserwelt*. ↵
30. *angestellter Lehrer*. Trata-se, aqui, do professor do ensino fundamental. Na Alemanha protestante do século XVIII, era comum que a educação moral e religiosa ficasse a cargo dos pastores, que eram, direta ou indiretamente, funcionários públicos. Nesse sentido, o pastor tinha uma dupla função: celebrar o culto e ensinar religião. ↵
31. *Bestimmung*. Em Kant, o termo tem ao menos dois sentidos distintos: um lógico, outro teleológico. No primeiro caso, o termo *Bestimmung* é mais bem traduzido como determinação (a determinação de um conceito em termos das relações entre sujeito e predicado, por exemplo). Em sentido teleológico, não se trata de uma determinação lógica, mas sim de uma meta a ser alcançada. Ou seja, Kant refere-se aqui às tendências e disposições inerentes à natureza humana que, em maior ou menor grau, podem se manifestar na história. No entanto, não se trata de uma determinação causal ou de um destino inalterável. Para Kant, uma vez que a humanidade é composta por seres livres, não é possível saber de antemão o seu comportamento futuro. Assim, optamos pela tradução de *Bestimmung* como destinação. Nesse sentido teleológico, os termos

Bestimmung e *Beruf* (ver nota 23) estão intimamente relacionados: o primeiro enfatiza a meta; o segundo, a inclinação ou aptidão natural. ↵

32. *Seelenheil*. ↵

33. Original em latim: “César não está acima dos gramáticos” ou, de forma menos literal, “O imperador não manda na gramática”. Provérbio latino de origem controversa. Em uma de suas versões, Sigismundo de Luxemburgo (1368-1437), então imperador do Sacro Império Romano-Germânico (1433-1437), teria cometido um deslize linguístico, ao usar como feminino o substantivo neutro *schisma* (cisma). Após a identificação do erro, ele teria ordenado que dali em diante o termo passasse a ser feminino, dando ensejo ao comentário feito por um dos súditos presentes. ↵

34. *Aufgeklärt*. ↵

35. Referência a Frederico II (1712-1786), rei da Prússia (1740-1786), também conhecido como Frederico, o Grande. ↵

36. *Pflicht*. ↵

37. *Rohigkeit*. ↵

38. *Freistaat*. Trata-se de um termo obsoleto do alemão antigo. Em seus escritos políticos, Kant normalmente utiliza o termo *Republik* e seus derivados (*republikanisch*, *Republikanismus*) para se referir à forma de governo ideal, à qual toda comunidade política deve aspirar. Aqui, no entanto, Kant não se refere à república como um ideal, mas sim às velhas repúblicas que, apesar do nome, fracassaram pela falta de consenso e pela disputa incessante entre seus membros. Nesse sentido, a Prússia de Frederico II, como monarquia constitucional, estaria numa posição mais vantajosa para o exercício da liberdade do que tais repúblicas. ↵

39. Essa consideração em larga escala é a perspectiva da história humana universal, que Kant desenvolveu nos dois textos anteriormente mencionados (ver nota 11). Nessa perspectiva, não é o desenvolvimento individual que conta, mas sim o dos povos ou sociedades e, ao fim, o da espécie humana como totalidade. No entanto, esse propósito último é sempre um ideal, o que explica as diferenças históricas concretas não só entre os indivíduos, mas também entre os povos. ↵

40. *Freiheit des Geistes des Volks.* ↵

41. *Hang und Beruf zum freien Denken.* ↵

42. *Sinnesart.* O termo deve ser entendido aqui como o tipo de temperamento (inclinação natural) típico de um indivíduo ou povo, também de acordo com a noção de caráter na *Antropologia* kantiana (ver nota 24). Assim como é possível dizer de um indivíduo, por exemplo, que ele tem um temperamento sanguíneo ou melancólico, pode-se classificar um povo como vivaz, imprudente, frio etc. Nessa acepção, todos os seres humanos ou povos têm um temperamento (modo de sentir), uma disposição que os inclina a agir de certa forma e que permite a sua diferenciação em relação a outros povos. ↵

43. Hoje, em 30 de setembro de 1784, leio nas *Wochentliche Nachrichten* de Büsching (de 13 de setembro) o anúncio do periódico *Berlinische Monatsschrift* deste mês, que menciona a resposta do sr. *Mendelssohn* à mesma pergunta. Ela ainda não me chegou às mãos; caso contrário, eu teria segurado a presente resposta, que agora vale apenas como teste do quanto o acaso poderia fazer coincidirem os pensamentos. ↵

Primeira página do original

Arquipélago Filosófico, Vol. 2, No. 28 (2026), e-028

ISSN 3086-1136

Artigo: Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento?

Autor(es): Immanuel Kant

Tradução: Saulo de Freitas ARAUJO

Data: 15 ago 2026

Volume: 2

Número: 28

Páginas: e-028

ISSN: 3086-1136

```
@article{immanuel-kant-resposta-a-pergunta-o-que-e-esclarecimento,  
  author = {Immanuel Kant},  
  title = {Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento?},  
  year = {2026},  
  month = {ago},  
  journal = {Arquipélago Filosófico},  
  translator = {Saulo de Freitas ARAUJO},  
  volume = {2},  
  number = {28},  
  pages = {e-028},  
  issn = {3086-1136},  
  url = {https://arquipelago.fi/immanuel-kant-resposta-a-pergunta-o-que-e-esclarecimento/}  
}
```